

A. I. N.º - 9340270/04
AUTUADO - ACR COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ CARLOS ALMEIDA DE ABREU
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 16. 12. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0501-04/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 31/08/04, refere-se a aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias nas vendas a consumidor, apurada mediante Auditoria de Caixa, exigindo-se a multa no valor de R\$ 690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, à fl. 11, dizendo que mantém um fundo de caixa para efeito de troco, e que o autuante não aceitou tal explicação, considerando o valor como venda.

O autuante, em informação fiscal (fl. 14), mantém a autuação, dizendo que o autuado não traz, em sua peça de defesa, provas de suas alegações. Informa que foi efetuada auditoria de caixa apurando-se resultado positivo, o que comprova a falta de emissão de documentos fiscais, conforme Termo de Auditoria e Termo de Ocorrência. Acrescenta que somente as vendas com cartão de crédito/débito (R\$ 435,40) superam os valores das notas fiscais emitidas pela empresa até o momento da ação fiscal (R\$ 383,53), e que o valor em dinheiro no caixa (R\$ 112,00) era inferior à diferença encontrada (R\$ 163,87). Conclui que não se pode alegar que tal diferença seja referente a troco. Ao final, pede a procedência do Auto de Infração.

VOTO

Diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

De acordo com os documentos anexados pelo autuante, ficou evidente o acerto da ação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 03, com a assinatura do responsável pela empresa autuada, constatou diferença positiva no valor de R\$ 163,87, servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que tal diferença corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

O autuado alegou que o dinheiro encontrado no caixa era o valor utilizado para troco, no entanto, razão não lhe assiste, tendo em vista que o contribuinte não declarou qualquer valor de saldo de

abertura de caixa no momento da ação fiscal, sendo que o Termo de Auditoria de Caixa, devidamente assinado por preposto do estabelecimento autuado, comprova tal circunstância.

Ademais, como bem frisou o autuante em sua informação fiscal, somente as vendas com cartão de crédito/débito (R\$ 435,40) superaram os valores das notas fiscais emitidas pela empresa até o momento da ação fiscal (R\$ 383,53), sendo que o valor em dinheiro no caixa (R\$ 112,00) era inferior à diferença encontrada (R\$ 163,87).

Vale ainda ressaltar, que foi emitida a nota fiscal nº 01650 (fl. 05), referente ao saldo positivo encontrado na auditoria de caixa para comprovar o procedimento irregular do contribuinte.

Pelo que dispõe os artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias.

De tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **9340270/04**, lavrado contra **ACR COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de dezembro de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA